University of Reading

Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras

Article

Published Version

Creative Commons: Attribution 4.0 (CC-BY)

pentecostalismo-e-antipetismo-nas-eleicoes-presidenciais-brasileiras.pdf

Araújo, V. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5392-5646
(2022) Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras. Latin American Research Review, 57 (3). pp. 517-535. ISSN 0023-8791 doi: 10.1017/lar.2022.29
Available at https://reading-pure-test.eprints-hosting.org/114815/

It is advisable to refer to the publisher's version if you intend to cite from the work. See Guidance on citing.

To link to this article DOI: http://dx.doi.org/10.1017/lar.2022.29

All outputs in CentAUR are protected by Intellectual Property Rights law, including copyright law. Copyright and IPR is retained by the creators or other copyright holders. Terms and conditions for use of this material are defined in the End User Agreement.

www.reading.ac.uk/centaur

CentAUR

University of Reading

Central Archive at the University of Reading

Reading's research outputs online

Latin American Research Review (2022), **57**, 517–535
doi:10.1017/lar.2022.29

LARR Latin American Research Review

ARTICLE

Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras

Victor Araújo

University of Zurich, Zurich, Switzerland
Email: victor.araujo@pw.uzh.ch

(Received 24 July 2020; revised 9 February 2021; accepted 11 May 2021; first published online 08 June 2022)

Resumo

O antipetismo explica o voto de pelo menos 40 por cento dos eleitores brasileiros para os quais a ideia de eleger o Partido dos Trabalhadores (PT) é inadmissível. O antipetista típico tende a ser descrito pela literatura como sujeito branco, escolarizado e anticorrupção. Neste trabalho, argumento que os evangélicos pentecostais, em sua maioria eleitores não brancos e de baixa renda, formam uma sólida base antipetista. Isso ocorre porque os eleitores desse grupo associam ao PT um conjunto de pautas vistas como "identitárias" e "anti-família". Para testar esse argumento, utilizo dados de quatro rodadas do LAPOP que permitem distinguir a filiação religiosa e analisar o comportamento eleitoral dos respondentes nas eleições realizadas entre 2002 e 2018. Os resultados indicam que os evangélicos pentecostais são menos propensos a (1) votar no PT nas eleições presidenciais; (2) manifestar sentimentos de simpatia em relação ao partido; (3) recompensá-lo nas urnas pelos ganhos em bem-estar induzidos pela implementação do programa Bolsa Família.

Palavras-chave: pentecostalismo; antipetismo; eleições; religião; Brasil

Abstract

Antipetismo explains the choice in elections of at least 40 percent of Brazilian voters for whom the idea of supporting the Worker's Party (PT) is unacceptable. Antipetistas typically are white, well educated, and against corruption. This article argues that Pentecostal voters, mostly nonwhite and low income, form a solid anti-PT base, as they associate PT with a range of "identity" or "anti-family" policies. We test this argument using data from the Latin American Public Opinion Project that distinguish religious affiliation to analyze voting behavior in elections between 2002 and 2018. The results show that Pentecostals are less likely to vote for PT candidates in presidential elections, express sympathy with PT, or support PT in elections, even when benefiting from Bolsa Família, the PT's antipoverty cash-transfer program.

Keywords: Pentecostalism; anti-Worker's Party; elections; religion; Brazil

A preferência partidária, resultante da afinidade psicológica ou identidade social com algum partido, é determinante para o modo como os indivíduos votam (Huddy, Sears e Levy 2013). Mas a rejeição a um dos lados do espectro ideológico-partidário também afeta o comportamento do eleitorado (Campbell et al. 1980; Green, Palmquist e Schickler 2004). O sentimento de antipatia em relação a algum ou a todos

© The Author(s), 2022. Published by Cambridge University Press on behalf of the Latin American Studies Association. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution licence (http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), which permits unrestricted re-use, distribution and reproduction, provided the original article is properly cited.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

os partidos, o antipartidarismo, parece ser crucial para o resultado das eleições em algumas democracias (e.g., Baker et al. 2016). No Brasil, um contingente expressivo dos eleitores usa o Partido dos Trabalhadores (PT) como referência na hora de votar, sendo a antipatia a este partido, o antipetismo, o melhor preditor do voto de cerca de 40 por cento dos eleitores para os quais a ideia de eleger o PT é inadmissível (Samuels e Zucco 2018).

O antipetismo seria explicado por sentimentos anticorrupção que eclodiram após sucessivos escândalos que atingiram o partido (e.g., Ribeiro, Carreirão e Borba 2016), pela avaliação retrospectiva de má condução da economia durante os governos petistas (e.g., Paiva, Krause e Lameirão 2016), ou mesmo pelo ressentimento das classes médias em virtude das políticas redistributivas implementadas pelos governos petistas (e.g., Couto 2014; Souza 2018). No entanto, o antipetismo é um fenômeno que antecede a chegada do PT à Presidência da República (Samuels e Zucco 2018), um indicativo de que fatores conjunturais não explicam isoladamente a forte e consistente rejeição ao PT nas urnas.

Neste artigo, analiso se a filiação religiosa afeta a predisposição dos eleitores para rejeitar os candidatos do PT nas disputas presidenciais brasileiras. Especificamente, testo o argumento segundo o qual os evangélicos pentecostais formariam uma sólida base antipetista. De acordo com Araújo (2019), a explicação mais provável para o antipetismo desse grupo seria a maior resistência dos pentecostais à pautas "identitárias" (e.g., descriminalização do aborto, reconhecimento de relacionamentos homoafetivos e discussões sobre gênero nas escolas) frequentemente associadas ao PT. Por isso, a rejeição ao partido entre os eleitores pentecostais tenderia a ser maior na comparação com outros grupos religiosos.

Para testar esse argumento, utilizo dados do Barômetro das Américas (Latin American Public Opinion Project, LAPOP).[1] Diferentemente de outras pesquisas eleitorais com abrangência nacional, a pergunta sobre filiação religiosa disponível no LAPOP permite distinguir evangélicos pentecostais (e.g., Deus é Amor, Assembleias de Deus, Igreja Quadrangular, O Brasil para Cristo, Congregação Cristã do Brasil) dos evangélicos históricos (e.g., Batista, Calvinista, Luterano, Metodista, Presbiteriano) e demais grupos religiosos. Além disso, o LAPOP apresenta um conjunto comparável de questões que possibilitam analisar o comportamento do eleitorado brasileiro em diferentes pontos no tempo.

Os resultados apresentados neste trabalho indicam que o pentecostalismo explica parte importante da rejeição ao PT nas eleições presidenciais brasileiras. Entre 2002 e 2018, os eleitores evangélicos pentecostais foram quase sempre menos propensos a votar nos candidatos petistas. Nas eleições de 2018, por exemplo, a probabilidade de um evangélico pentecostal votar no PT foi 55 por cento menor na comparação com outros grupos religiosos. Como discuto neste trabalho, essa tendência de rejeição ao PT já podia ser observada nas eleições presidenciais de 2002, portanto, antes da chegada do partido à Presidência da República.

Em uma segunda etapa da análise empírica, investigo se essa sistemática rejeição ao PT seria uma consequência natural do processo de mobilização promovida no período imediatamente anterior às eleições, ou se os eleitores pentecostais seriam menos propensos a gostar do PT. Para tanto, utilizo duas baterias do LAPOP (2017 e 2019) que permitem estimar o nível de antipatia/simpatia em relação ao partido.

Os resultados sugerem que um indivíduo evangélico pentecostal está 0.458 pontos à esquerda dos outros respondentes na escala de antipatia/simpatia utilizada no questionário do LAPOP, o que, em termos substantivos, significa uma redução média de 11 por cento no nível de simpatia ao PT na comparação com indivíduos filiados a outros grupos religiosos. Outras variáveis, como percepção de corrupção e avaliação da economia, não explicam a antipatia/simpatia pelo partido. Além disso, a filiação pentecostal não

[1] Os dados estão disponíveis no site do LAPOP: https://www.vanderbilt.edu/lapop/raw-data.php.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

aparece correlacionada com a antipatia/simpatia pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o principal oponente do PT nas eleições presidenciais disputadas entre 1994 e 2014 (Melo e Câmara 2012; Limongi e Guarnieri 2015). Esses resultados sugerem que a aversão dos pentecostais ao PT não parece configurar uma rejeição aos partidos tradicionais em geral.

Por fim, apresento evidências de que o antipetismo dos evangélicos pentecostais anula parte dos ganhos eleitorais aferidos pelo PT entre os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Os beneficiários do PBF que também frequentam igrejas pentecostais tendem a não recompensar o PT pela implementação desse programa de transferência de renda, diferentemente do padrão observado entre os beneficiários do PBF que são filiados a outras religiões.

A análise empreendida neste trabalho se soma a tentativas anteriores de iluminar o debate sobre religião e voto no Brasil (Mariano e Pierucci 1992; Freston 1993; Burity e Machado 2005; Machado 2006; Baptista 2009; Mariano 2011; Tadvald 2015; Netto e Speck 2017; Lacerda 2018; Ferreira e Fuks 2021), mas com um especial enfoque na influência do pentecostalismo sobre o antipetismo,[2] relação ainda pouco explorada na literatura sobre o tema.[3]

Diferentemente de trabalhos anteriores que analisam apenas os resultados de uma eleição (Couto 2014; Paiva, Krause e Lameirão 2016), analiso as variáveis que se correlacionam com a rejeição ao PT em cinco eleições presidenciais consecutivas (2002–2018). Além disso, complemento trabalhos anteriores que, embora analisem os resultados de várias disputas presidenciais (Ribeiro, Carreirão e Borba 2016; Borges e Vidigal 2018; Samuels e Zucco 2018), não exploram o efeito da variável "religião" sobre o antipetismo. Especificamente, mostro que a maior rejeição dos evangélicos ao PT, fenômeno documentado por estudos anteriores, (e.g., Bohn 2004; Peixoto e Rennó 2011; Ferreira e Fuks 2021) é puxada pelo comportamento eleitoral dos adeptos do pentecostalismo.

Alguns autores argumentam que os evangélicos históricos e os evangélicos pentecostais tendem a pensar e agir de modo semelhante (e.g., Smith 2019), o que justificaria agrupar as duas correntes cristãs evangélicas em uma mesma categoria de análise. No entanto, esses dois grupos diferem entre si em dimensões cruciais que se relacionam com a decisão sobre o voto. O conservadorismo moral é um fenômeno mais saliente entre os evangélicos pentecostais. Além disso, o envolvimento de lideranças eclesiásticas na mobilização e conscientização de eleitores é também mais comum neste segmento religioso (Araújo 2019). Por isso, o comportamento eleitoral dos pentecostais tende a se distinguir daquele observado entre seus pares protestantes históricos.

Além desta introdução, na seção "Antipetismo: Teorias e hipóteses" discuto as teorias que tentam explicar o antipetismo e derivo hipóteses que podem ser testadas empiricamente. Na seção "Determinantes do voto no PT nas eleições presidenciais (2002–2018)", analiso as características de nível individual que explicam o voto no PT nas eleições presidenciais. Na seção "Por que os pentecostais não votam no PT?", discuto como a rejeição ao PT nas urnas é resultante do sentimento de antipatia ao PT que é mais forte entre os eleitores evangélicos pentecostais do que em qualquer outro grupo religioso existente no Brasil. Na seção "Pentecostalismo e retorno eleitoral do Programa Bolsa Família", mostro que os beneficiários do Bolsa Família que frequentam igrejas pentecostais são menos propensos a recompensar o PT nas urnas pela implementação do programa de

[2] Valle (2019) é o autor que mais se aproxima dessa discussão ao investigar a interação entre a filiação evangélica pentecostal e o "Lulismo".

[3] Machado e Burity (2014), Burity (2016) e Lacerda e Brasiliense (2018) são bons exemplos de estudos que investigam a atuação dos evangélicos pentecostais na política brasileira. Esses autores, no entanto, não exploram a relação entre pentecostalismo e antipetismo.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

transferência de renda. Concluo o texto com uma discussão sobre as implicações dos principais achados deste trabalho e elenco possibilidades para futuras pesquisas.

Antipetismo: Teorias e hipóteses

O grande número de partidos, o baixo nível de confiança nas instituições políticas e a fraca institucionalização do sistema partidário criam um ambiente político desfavorável para a criação de vínculos entre partidos e eleitores no Brasil (Hagopian e Mainwaring 2005; Lupu e Riedl 2013; De Melo 2015). O PT é uma notável exceção e foi capaz de angariar uma sólida base de apoio político-eleitoral (Amaral 2011; Speck, Braga e Costa 2015; Bezerra 2019). Nas eleições presidenciais, por exemplo, o grupo de petistas, aqueles que estão dispostos a votar no partido independentemente das circunstâncias, gira em torno de 20 por cento do eleitorado brasileiro (Samuels e Zucco 2018).

No entanto, o crescimento recente dos eleitores que se assumem como antipetistas, aqueles para os quais a ideia de votar no PT é inconcebível, vem chamando a atenção dos estudiosos. O que estaria por trás da rejeição ao PT nas urnas e do sentimento de antipatia ao PT? Nesta seção, discuto as teorias que buscam explicar a rejeição ao PT e derivo as hipóteses que serão testadas neste trabalho.

A explicação dominante para a rejeição enfrentada pelos candidatos do PT nas eleições presidenciais é a corrupção de seus quadros materializada por sucessivos escândalos que ganharam o noticiário a partir de meados dos anos 2000. Neste caso, a parcela antipetista do eleitorado seria composta por eleitores decepcionados com a degeneração moral dos quadros do partido (Ribeiro, Carreirão e Borba 2016).

Davis e Straubhaar (2020) argumentam que as manifestações de junho de 2013 foram um ponto de inflexão na política brasileira porque permitiram a eclosão de novos grupos de direita com pautas anticorrupção e forte sentimento antipartidário.[4] Na mesma direção, Telles (2016) assevera que as manifestações em favor da derrubada de Dilma Rousseff ajudaram a aglutinar grupos com perfil ideológico de direita unidos pela pauta anticorrupção. Formalmente, o argumento de que a corrupção explica o antipetismo pode ser reescrito na forma da seguinte hipótese:

H_1: Os eleitores que percebem a corrupção como principal problema do país têm menor probabilidade de votar no PT.

A esta explicação baseada na corrupção se somariam os efeitos da má condução da economia. Especificamente, o mau desempenho da economia brasileira entre 2013 e 2016 teria ajudado a acelerar a adesão ao processo de *impeachment,* o que permitiu a concretização do processo de deposição da então presidente Dilma Rousseff (Veiga, Dutt-Ross e Martins 2019). De acordo com Paiva, Krause e Lameirão (2016), além de outras características como maior renda e escolaridade, o eleitor antipetista se caracterizaria como aquele que faz uma avaliação negativa da economia do país. Por isso:

H_2: Os eleitores que percebem a economia como o principal problema do país têm menor probabilidade de votar no PT.

Explicação alternativa atribui às classes médias a existência do antipetismo. A classe média seria um grupo constantemente atemorizado pelo risco do empobrecimento e, por isso, teria aderido ao antipetismo para frear a transferência de renda para as parcelas

[4] Para mais informações sobre o que foram as jornadas de junho de 2013, ver João Paulo Charleaux, "O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013: E no que elas deram," *Nexo*, 17 de Junho de 2013, https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

mais pobres da população (Souza 2018). Couto (2014) elabora esse mecanismo de forma mais explícita e sugere que o antipetismo poderia ser explicado

> por um ressentimento estamental e de classe: a perda da distinção social propiciada pelas políticas de equalização social e econômica implantadas pelos governos do PT. Em parte, ela decorre da insatisfação de segmentos dos setores médios com a corrupção e o desempenho econômico medíocre dos últimos anos. Esses diferentes elementos não são distribuídos uniformemente nos setores médios, mas encontram nele o ambiente mais favorável à sua difusão ou mesmo mescla. Em algumas situações não é difícil notar o discurso sobre a corrupção como um subterfúgio honroso para o ressentimento estamental e de classe. (23)

Formalmente, esse argumento pode ser apresentado nos seguintes termos:

H_3: Os eleitores contrários à promoção de redistribuição de renda têm menor probabilidade de votar no PT.

As teses oferecidas pela literatura para explicar o antipetismo tendem a enfatizar os possíveis efeitos de variáveis contextuais. Há, no entanto, razões para crer que o antipetismo seja também explicado fatores não conjunturais. Por exemplo, Araújo (2019) argumenta que os evangélicos pentecostais seriam mais conservadores na dimensão moral na comparação com outros grupos religiosos. Por isso, os eleitores desse grupo, influenciados por lideranças eclesiásticas que atuam como cabos eleitorais, tenderiam a rejeitar o PT nas urnas por acreditar que este partido personifica uma agenda de flexibilização dos valores morais defendida pelos partidos de esquerda.

A Figura 1 ilustra o argumento sugerido pelo autor comparando as preferências em relação ao aborto de acordo com a religião dos indivíduos. Na comparação com o grupo dos indivíduos católicos (a categoria utilizada como referência),[5] os evangélicos pentecostais são mais propensos a rejeitar a proposição segunda a qual "o aborto é justificável quando a saúde da mãe está em perigo".[6] Na média, a probabilidade de um individuo que pertence a este grupo concordar com o aborto nessa circunstância é 29 por cento menor na comparação com os respondentes católicos.

Interessante notar que os coeficientes referentes ao grupo dos evangélicos históricos (e.g., Batista, Calvinista, Luterano, Metodista, Presbiteriano) e daqueles filiados a outras religiões e/ou ateus não são estatisticamente significantes nos níveis convencionais (ver painel A). Substantivamente, isso significa que o suporte ao aborto entre os respondentes desses dois grupos é muito similar àquele observado entre os respondentes de filiação católica. Entre os evangélicos históricos, a probabilidade de apoio ao aborto é maior do que entre os católicos e respondentes de outras religiões ou ateus, como pode ser visto no painel B. Esses achados não corroboram a visão de senso comum segundo a qual, na dimensão moral, os evangélicos históricos seriam tão conservadores quanto os evangélicos pentecostais.[7] No tocante aos valores, as evidências sugerem que nenhuma religião brasileira é tão conservadora como o pentecostalismo. O antipetismo dos eleitores desse grupo expressaria, portanto, a rejeição à uma agenda de flexibilização dos costumes. Formalmente, o argumento proposto por Araújo (2019) pode ser traduzido pela seguinte hipótese:

[5] Os católicos são utilizados como categoria de referência porque constituem o grupo religioso majoritário no Brasil.

[6] O Anexo A apresenta as perguntas originais, bem como a operacionalização de todas as variáveis utilizadas neste trabalho.

[7] Para um exemplo dessa visão de que as denominações evangélicas não se diferenciam na dimensão moral, ver Pacheco (2020).

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

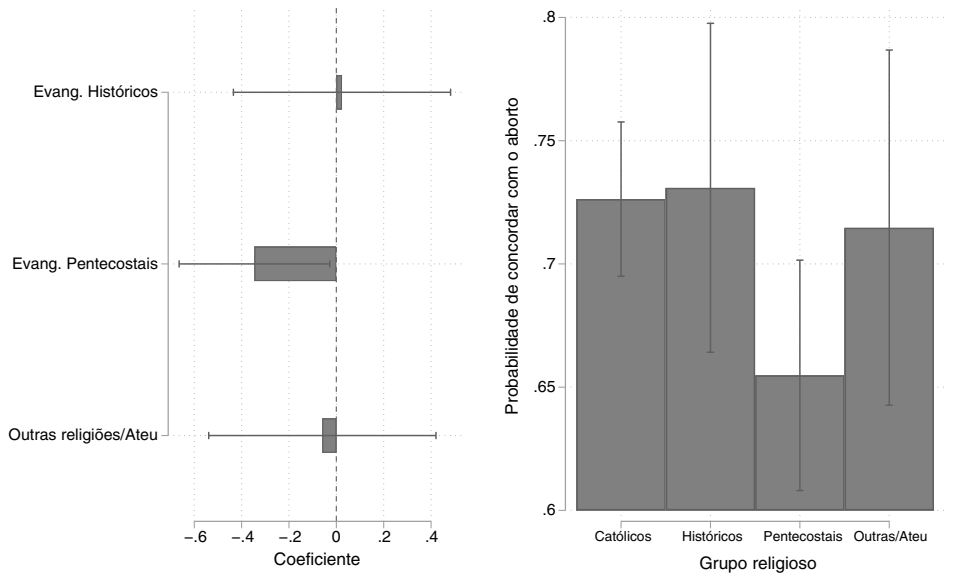

Figura 1. Probabilidade de concordar com o aborto por grupo religioso. Elaborado a partir dos dados do LAPOP de 2019 (pesquisa de campo realizada em 2018). A unidade de análise é o indivíduo (N = 1,075). O painel A apresenta o resultado de uma regressão logística onde a variável dependente é um indicador binário que recebe o valor 1 caso o respondente concorde com a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo, e 0 caso discorde. Os coeficientes da constante bem como das variáveis de controle referentes ao sexo, escolaridade, renda, ideologia, religiosidade, local de moradia e tamanho de município de residência do respondente foram omitidos da figura para economia de espaço. O painel B apresenta as probabilidades preditas de cada grupo religioso concordar com a interrupção da gravidez nos casos em que a saúde da mãe está em risco (N = 1,075). Neste caso, foram utilizadas as mesmas variáveis de controle das estimativas apresentados no painel A.

H_4: Os eleitores com filiação evangélica pentecostal têm menor probabilidade de votar no PT.

Determinantes do voto no PT nas eleições presidenciais (2002–2018)

Nesta seção, testo as hipóteses formuladas na seção anterior por meio de uma análise multivariada que permite aferir de forma concomitante a influência de diversas variáveis de nível individual sobre a rejeição ao PT nas eleições presidenciais. Para tanto, utilizo dados de quatro rodadas do LAPOP (2006, 2014, 2017 e 2019).[8] Diferentemente de outras pesquisas de opinião pública, o LAPOP apresenta um conjunto de perguntas que são comparáveis ao longo dos anos, reduzindo potenciais erros de mensuração. Além disso, em virtude de sua representatividade nacional, esse banco de dados permite fazer inferências sobre o voto dos eleitores brasileiros maiores de dezesseis anos.

Uma vantagem adicional do LAPOP é a possibilidade de desagregar os indivíduos evangélicos de acordo com as divisões internas desse grupo. Esse procedimento é possível porque em vez de perguntar se os entrevistados são evangélicos, os entrevistadores procedem em duas etapas. Em um primeiro momento, os entrevistados são perguntados sobre a sua religião. Para aqueles que se declaram cristãos evangélicos, em uma

[8] O Anexo B apresenta as estatísticas descritivas de todas as variáveis utilizadas neste trabalho.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

segunda etapa, o entrevistador fornece exemplos de nomes de denominações que ajudam o respondente a situar a sua igreja no grupo das denominações evangélicas históricas ou no grupo das igrejas pentecostais. De acordo com o censo de 2010, o dado oficial mais recente sobre a composição religiosa no Brasil, cerca de 19 por cento dos brasileiros se declaravam evangélicos pentecostais. Nas amostras do LAPOP de 2017 e 2019, por exemplo, cerca de 21 por cento dos respondentes declararam pertencer a alguma denominação evangélica pentecostal. A correspondência entre os números reforça a validade do procedimento adotado pelo LAPOP. Em geral, os entrevistados são capazes de classificar corretamente as denominações evangélicas existentes.

Dado o objetivo de estimar a probabilidade de voto no PT nas eleições presidenciais, estimo um modelo de regressão logística que segue a seguinte equação geral:

$$\text{Voto no PT}_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Pentecostal}_i + \beta_2 \text{PercepCorrup}_i + \beta_3 \text{PercepEcon}_i + \beta_4 \text{ContraRedis}_i + \ldots + e_i$$

Onde o subscrito *i* denota a unidade de análise, neste caso, o indivíduo; a variável dependente, Voto no PT_i assume um formato binário em que 1 significa que o indivíduo votou no PT no primeiro turno das eleições presidenciais, e 0 significa voto em qualquer outro partido. Como o questionário de 2006 também pergunta sobre o voto dos respondentes nas eleições presidenciais de 2002, é possível estimar retrospectivamente a probabilidade de voto no PT também para este ano.[9] Para analisar o voto nas eleições de 2010, utilizo o questionário de 2014; para o pleito de 2014, o questionário de 2017; e para a disputa de 2018, o questionário de 2019.

A principal variável de interesse é a que identifica o respondente como evangélico pentecostal. Neste caso, utilizo a categorização original do LAPOP e classifico como 1 os indivíduos que se declaram pentecostais, ou seja, aqueles filiados às seguintes igrejas: Pentecostal, Assembleia de Deus, Deus é Amor, Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo, Igreja Quadrangular, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Cristã Reformada, Sara Nossa Terra, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Carismático não católico e Bola de Neve. Os indivíduos filiados a qualquer outra religião e aqueles agnósticos ou ateus são classificados como zero no banco de dados.

A rejeição ao PT nas urnas pode também estar correlacionada com a percepção de corrupção (Ribeiro, Carreirão e Borba 2016), razão pela qual utilizo uma variável (percepção de corrupção) binária que assume valor 1 se o indivíduo identifica a corrupção como o principal problema do país, e 0 em caso contrário. A percepção de má gestão da economia do país é capturada por meio de uma variável (avaliação da economia) que assume valor 1 se o indivíduo identifica a economia, o desemprego ou a inflação como o principal problema do país, e 0, caso contrário. Além disso, classifico como 1 os indivíduos que "discordam muito" da proposição segundo a qual "Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres", e 0, caso contrário. Essa variável (contra redistribuição) permite estimar se os indivíduos contrários à redistribuição de renda têm menor probabilidade de votar no PT.

Outras características sociodemográficas de nível individual, como cor, sexo, escolaridade, renda, religiosidade, ideologia e preferência partidária, são utilizadas como controles. Esse procedimento permite estimar a probabilidade de um eleitor evangélico pentecostal votar no PT controlando os resultados por outras características (observáveis) desse mesmo indivíduo.

[9] Vale lembrar, no entanto, que esse procedimento possui limitações. Alguns eleitores podem não se lembrar corretamente do voto em eleições passadas. É possível também que os respondentes se sintam constrangidos a revelar o voto passado em candidatos/governos com baixas taxas de avaliação no momento da realização da entrevista.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

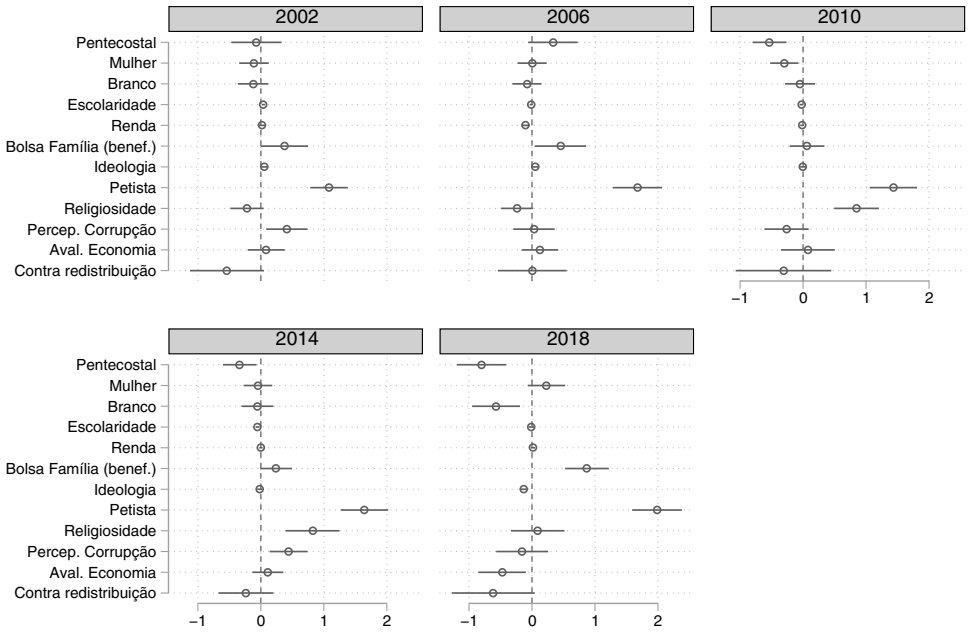

Figura 2. Determinantes do voto no PT nas eleições presidenciais brasileiras (2002–2018). Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP de 2006 (eleição de 2002 e 2006), 2014 (eleição de 2010), 2016 (eleição de 2014) e 2019 (eleição de 2018). A unidade de análise é o indivíduo. Os modelos de regressão logísticos foram ajustados com erros padrões robustos. A variável dependente assume valor 1 caso o respondente tenha votado no candidato do PT no primeiro turno das eleições presidenciais, e 0, caso contrário.

A Figura 2 apresenta os coeficientes dos modelos logísticos multivariados para cada ano eleitoral (2002–2018). Todos os modelos foram estimados com erros padrões robustos. Como esperado, os indivíduos que se identificam com o PT são mais propensos a votar neste partido, o que confirma evidências anteriores de que os petistas são fiéis na hora de votar para presidente (e.g., Speck e Balbachevsky 2016). O mesmo pode ser dito sobre os beneficiários do programa Bolsa Família, embora, neste caso, os coeficientes positivos não sejam sempre estatisticamente significantes.

Por outro lado, os resultados reportados na Figura 2 não corroboram H_1. Nenhum dos modelos reporta uma correlação negativa entre percepção de corrupção e voto no PT. Os coeficientes dessa variável são estatisticamente significantes apenas nas eleições de 2002 e 2014. E neste caso, os coeficientes informam que a percepção de que a corrupção é o principal problema do país tende a aumentar a probabilidade de voto no PT, e não o contrário.

No que se refere a H_2, existem poucas evidências de que a avaliação de má condução da economia é determinante para a rejeição ao PT nas eleições presidenciais. Apenas nas eleições de 2018, quando o partido já não era governo, parece ter existido uma correlação positiva entre as duas variáveis. Os coeficientes para qualquer uma das outras eleições analisadas não alcançaram significância estatística nos níveis convencionais.

Os resultados também não permitem corroborar H_3. O fato de o indivíduo ser contrário à redistribuição de renda não exerce qualquer influência sobre a probabilidade de voto no PT. Esse é um padrão consistente que se repete em todos os modelos estimados. Isoladamente, a variável renda também não é uma boa preditora do voto no PT nas disputas presidenciais. Apenas no modelo referente às eleições de 2006 o coeficiente é negativo e estatisticamente significante. A variável escolaridade apresenta um padrão similar, embora com resultados contraditórios ao longo do tempo. Em 2002, antes da

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

chegada do PT à Presidência da República, os indivíduos com maior escolaridade eram mais propensos a votar no partido. Em 2014, os resultados indicam o quadro inverso: os eleitores mais ricos tiveram menor probabilidade de votar no PT. Em suma, a hipótese de que a rejeição sofrida pelo PT nas urnas seria explicada em grande medida pelo ressentimento das classes médias escolarizadas possui pouco lastro empírico.

Por outro lado, os dados apresentados na Figura 2 tendem a corroborar H_4. Em geral, a filiação evangélica pentecostal está associada a uma redução na probabilidade de voto no PT nas eleições presidenciais brasileiras. Os coeficientes são estatisticamente significantes nos modelos que correspondem às eleições de 2010, 2014 e 2018. Além disso, o coeficiente negativo (embora não significante) para o pleito de 2002 revela que alguma rejeição ao PT já podia ser observada na eleição que culminou na vitória do então candidato Luís Inácio da Silva (Lula).

Em 2010, por exemplo, a probabilidade de voto no PT entre os eleitores pentecostais foi 41 por cento menor na comparação com outros grupos religiosos. A rejeição ao partido alcançou seu maior nível em 2018, quando a probabilidade de voto no PT foi 55 por cento menor entre os eleitores evangélicos pentecostais. É digno de nota o fato de os coeficientes da variável religiosidade serem positivos e estatisticamente significantes nos modelos das eleições de 2010 e 2014. Esse resultado vai ao encontro do argumento defendido por Araújo (2019) de que é o uso instrumental de pautas morais para mobilizar os eleitores pentecostais contra os partidos de esquerda, e não o fato de ser religioso ou frequentar cultos religiosos em geral, que induz à maior rejeição ao PT.

O coeficiente positivo (embora não estatisticamente significante) da variável Pentecostal observado nas eleições de 2006 pode ser considerado um ponto fora da curva nas disputas presidenciais. Em 2006, evidências anedóticas sugerem que a candidatura do PT recebeu o apoio de cerca de 3 mil pastores e bispos da Assembleia de Deus em todo o Brasil.[10] Algo que não ocorreu nas eleições de 2010 e 2014, quando o apoio ao PT se restringiu à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por meio de sua liderança maior Edir Macedo, e a algumas outras denominações de menor expressão no meio pentecostal. No entanto, o apoio da IURD ao PT não foi suficiente para reverter a forte rejeição que o partido sofreu nas eleições de 2010 e 2014, como indicam os coeficientes da variável Pentecostal na Figura 2.

Não é claro, no entanto, o motivo que levou lideranças de diversos ministérios e convenções da Assembleia de Deus, a maior denominação pentecostal brasileira, a apoiar a candidatura do PT em 2006. Futuros trabalhos de natureza qualitativa poderão se debruçar sobre essa questão. Como discutem Mariano e Pierucci (1992) e Pierucci e Prandi (1995), as candidaturas do PT sofreram grande resistência entre as lideranças pentecostais nas eleições de 1989 e 1994. A prática de minar as candidaturas do PT com base em argumentos de natureza moral se manteve estável até 2002 (Bohn 2007) e foi retomada a partir das eleições de 2010.[11]

Em suma, os resultados apresentados nesta seção indicam uma forte correlação negativa entre a filiação pentecostal e o voto no PT. Na comparação com eleitores de outras religiões, o eleitor evangélico pentecostal é menos propenso a votar neste partido. Por sua vez, outras características de nível individual, como renda, percepção de corrupção e avaliação da economia, apontadas pela literatura como determinantes para a rejeição ao PT, não explicam (ou explicam de forma inconsistente) a rejeição ao partido observada nas disputadas presidenciais entre 2002 e 2018.

[10] G1 no Rio, "Lula recebe apoio de evangélicos," *G1*, 8 de Setembro do 2006, http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,AA1265613-6283,00.html.

[11] A respeito das eleições de 2010, Pierucci (2011, 5) declarou o seguinte: "Não lembro, e certamente ninguém há de lembrar, de uma campanha eleitoral em que a intromissão da religião tenha ido tão longe como na eleição presidencial de 2010 para a sucessão de Lula".

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

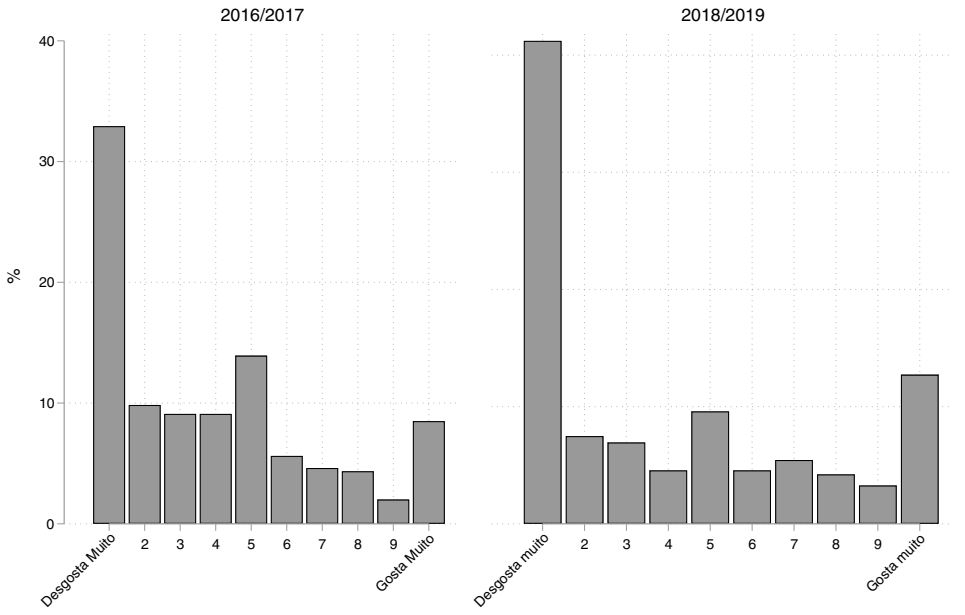

Figura 3. Distribuição da variável (dependente) simpatia ao PT. Elaborado pelo autor a partir dos dados do LAPOP de 2017 (pesquisa de campo realizada em 2016) e 2019 (pesquisa de campo realizada em 2018). A unidade de análise é o indivíduo. Os painéis A ($N = 1, 494$) e B ($N = 1,470$) apresentam a distribuição das respostas para a seguinte pergunta "Até que ponto o sr.(a) gosta ou não gosta do PT?". A escala (representada no eixo X da figura) varia entre 1 (desgosta muito) e 10 (gosta muito). O eixo vertical da figura indica a porcentagem (%) de respondentes que se classificam em cada uma das posições da escala de simpatia ao PT.

Por que os eleitores pentecostais não votam no PT?

Embora os eleitores antipetistas provavelmente não votem no PT, nem todos os que não votam no PT são antipetistas (Borges e Vidigal 2018; Samuels e Zucco 2018). É possível que a rejeição ao PT nas urnas seja apenas um resultado do processo de mobilização durante as eleições. Neste caso, os pentecostais poderiam não ser necessariamente antipetistas. Em outras palavras, estes eleitores poderiam preterir o PT nas urnas mesmo sem alimentar um sentimento de antipatia pelo partido.

Para analisar essa questão, utilizo dados das rodadas do LAPOP de 2017 e 2019 que apresentam uma pergunta que permite medir o nível de antipatia/simpatia dos eleitores em relação ao PT. Estas mesmas rodadas também possibilitam estimar o nível de antipatia/simpatia dos eleitores em relação ao PSDB, o partido que polarizou com o PT a disputa pela Presidência da República entre 1994 e 2018 (Melo e Câmara 2012; Limongi e Guarnieri 2015). A Figura 3 apresenta a distribuição do sentimento de simpatia em relação ao PT. Em 2017, cerca de 33 por cento dos respondentes reportaram "desgostar muito" do PT. Essa proporção alcançou 40 por cento dos indivíduos entrevistados na pesquisa do LAPOP que foi a campo em 2018.

Se é verdadeira a hipótese de que os pentecostais punem o PT nas urnas em virtude de sua aderência à uma agenda que tem por objetivo flexibilizar os valores morais, partidos que não costumam ser identificados como defensores de pautas progressistas, como o PSDB, deveriam sofrer menos resistência por parte desse eleitorado. Portanto, comparar o nível de simpatia dos eleitores em relação ao PT e ao PSDB possibilita investigar se a rejeição dos eleitores pentecostais ao PT é de fato baseada em argumentos de fundamentação moral. Formalmente, utilizo a seguinte equação geral para estimar um modelo de mínimos quadrados ordinários:

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

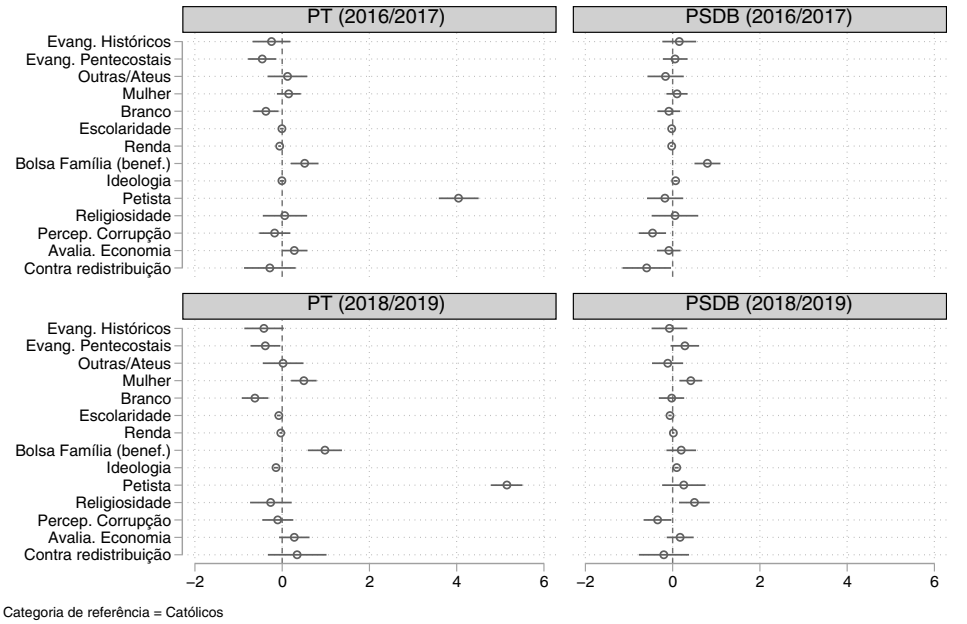

Figura 4. Determinantes da antipatia/simpatia ao PT e PSDB. Elaborado a partir dos dados da rodada de 2019 (pesquisa de campo realizada em 2018) e 2017 (pesquisa de campo realizada em 2016) do LAPOP. A unidade de análise é o indivíduo. Os modelos de mínimos quadrados ordinários (OLS) foram ajustados com erros padrões robustos. A variável dependente varia entre 1 (desgosta muito) e 10 (gosta muito).

$$\text{Simpatia}_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Religião}_i + \beta_2 \text{PercepCorrup}_i + \beta_3 \text{PercepEcon}_i + \beta_4 \text{ContraRedis}_i + \ldots + e_i$$

Onde o subscrito *i* denota a unidade de análise, neste caso, o indivíduo; a variável dependente, Simpatia_i, é uma escala que varia entre 1 (desgosta muito) e 10 (gosta muito) e captura o sentimento dos respondentes.[12] A principal variável de referência, $\beta_1 \text{Religião}_i$, é uma variável categórica que representa os indivíduos de filiação católica (1), a categoria de referência, aqueles filiados a igrejas evangélicas protestantes históricas (2), aqueles que se declararam evangélicos pentecostais (3) e os respondentes sem religião e/ou ateus ou agnósticos (4).

Assim como nos modelos anteriores, utilizo variáveis relacionadas às hipóteses alternativas (percepção de corrupção, avaliação da economia e aversão à redistribuição) e controles de nível individual, como sexo, cor, renda, escolaridade, ideologia e preferência partidária.

A Figura 4 apresenta os resultados dos modelos multivariados de mínimos quadrados ordinários com erros padrões clusterizados (entre parênteses) no nível do indivíduo. Em consonância com os resultados reportados na seção anterior, os coeficientes dos modelos estimados não corroboram H_1. A percepção de corrupção não afeta o nível de antipatia/simpatia pelo PT. Contrariando os juízos de senso comum, a percepção de aumento da corrupção tende a afetar mais o PSDB do que o PT, como informam os coeficientes da variável percepção de corrupção.

Da mesma forma, os resultados aferidos refutam a hipótese de que o sentimento de antipatia em relação ao PT seria resultante da má condução da economia durante os

[12] A seguinte pergunta foi aplicada para cada respondente: Até que ponto o sr.(a) gosta ou não gosta do PT? A mesma pergunta foi usada para medir os sentimentos dos entrevistados em relação ao PSDB.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

governos petistas (H_2). Nenhum dos modelos ajustados apresenta coeficientes estatisticamente significantes. Isso também vale para o PSDB, um resultado esperado dado que o partido ocupou a presidência pela última vez em 2002, muito antes da realização das duas rodadas do LAPOP utilizadas para essa análise.

Curiosamente, ser contrário à redistribuição aumenta a chance de o indivíduo não gostar do PSDB, embora este resultado seja estatisticamente significante apenas em um dos modelos (2017). No caso do PT, os resultados não indicam qualquer correlação entre a preferência por redistribuição e o nível de antipatia/simpatia pelo partido (H_3). Existe, no entanto, alguma evidência de que indivíduos com maior renda e maior escolaridade tendem a gostar menos do PT. Esses resultados, porém, são substantivamente pequenos e não se mantêm nas duas baterias do LAPOP analisadas (2017 e 2019) e devem ser interpretados com cautela.

Por outro lado, os resultados apresentados na Figura 4 corroboram a hipótese de que a filiação pentecostal se correlaciona negativamente com a simpatia ao PT. Na comparação com os católicos (categoria de referência), os pentecostais tendem a gostar menos do PT. Entre os eleitores desse segmento religioso, a avaliação do PT decresce 0.458 pontos na escala de antipatia/simpatia, o que significa uma redução média de 11 por cento se tomarmos como referência a média observada para toda a amostra na rodada de 2017. Os dados do LAPOP de 2019 indicam uma redução de 0.385 pontos, o que informa uma queda média de 9 por cento no nível de simpatia dos pentecostais em relação ao PT. Nos dois casos, os resultados são estatisticamente significantes nos níveis convencionais.

No caso do PSDB, os coeficientes referentes ao grupo de respondentes com filiação pentecostal são positivos (embora não significantes). No limite, isso significa que a filiação pentecostal não parece se traduzir em antipatia ao PSDB. Além disso, esse resultado sugere que o antipetismo observado entre os eleitores desse segmento religioso não parece se desdobrar em um sentimento antipartidário generalizado que alcança outros partidos tradicionais do sistema político brasileiro.

Os coeficientes que se referem ao grupo dos evangélicos históricos (Evang. históricos) e dos que professam outras religiões e/ou não possuem nenhum credo (outras ou sem religião) não são estatisticamente significantes em nenhum dos modelos ajustados. Ainda que possa existir algum nível de antipatia ao PT nesses grupos, esse sentimento não é forte o suficiente para que seja possível observá-lo nos modelos estatísticos. Esses resultados indicam, portanto, que existe um ambiente mais favorável para o florescimento do antipetismo nas igrejas evangélicas pentecostais. Em conjunto, essas evidências mostram que a rejeição enfrentada pelo PT nas eleições presidenciais é também resultante do sentimento de antipatia ao partido mais forte e consistente entre os eleitores evangélicos pentecostais.

Pentecostalismo e retorno eleitoral do programa Bolsa Família

As eleições presidenciais de 2006 marcaram a recondução do PT à Presidência da República. Mesmo depois da revelação de um vultoso esquema de pagamentos a parlamentares para votar a favor de projetos importantes para o governo (escândalo batizado como "Mensalão"), Lula (PT) foi reeleito no segundo turno com 60,83 por cento dos votos válidos. A implementação do programa Bolsa Família (PBF) em 2004, um programa de transferência condicional de renda,[13] pode ter contribuído para o sucesso eleitoral do PT em 2006. Além de seus impactos sobre o mercado de trabalho local (Soares, Ribas e

[13] O benefício monetário mensal, destinado às famílias pobres com filhos entre zero e dezessete anos, exige como contrapartida que as famílias beneficiadas enviem seus filhos para a escola e que mantenham a carteira de vacinação infantil em dia.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

Osório 2010), o PBF é associado ao aumento do consumo de alimentos (De Brauw et al. 2015) e à redução da pobreza (Lustig 2010) e da mortalidade infantil (Rasella et al. 2013).

Hunter e Power (2007) argumentam que o efeito do PBF sobre o bem-estar dos mais pobres foi fundamental para a reeleição do então candidato Lula. De acordo com estes autores, as eleições de 2006 foram marcadas pela expansão do PT entre os eleitores mais pobres e com menor educação formal. Na mesma linha, os trabalhos de Soares e Terron (2008) e Licio, Rennó e de Castro (2009) sugerem que o PBF foi decisivo no processo de transformação da região Nordeste em reduto petista nas eleições presidenciais. Canêdo-Pinheiro (2015) vai além ao argumentar que o peso do programa de transferência de renda foi maior do que o crescimento econômico nas eleições de 2006, enquanto Zucco Jr (2015) apresenta evidências de que o efeito eleitoral do PBF pôde ser observado ainda nas eleições de 2014, dez anos após o lançamento do programa.

A ideia comum que permeia essa literatura é que o eleitor se orienta prioritariamente por um cálculo econômico do voto. Seguindo esta lógica, os beneficiários do PBF tenderiam a votar no PT em virtude dos ganhos em bem-estar advindos do programa de transferência de renda. No entanto, a decisão sobre o voto pode ser orientada por outras clivagens. O conservadorismo moral, por exemplo, afeta o modo como os indivíduos fazem escolhas eleitorais (Skitka et al. 2018). A presunção de que os beneficiários do PBF tendem a se tornar eleitores cativos do PT ignora os possíveis efeitos dessa e de outras dimensões que afetam as preferências individuais. Se os eleitores pentecostais são mais conservadores na dimensão moral, o retorno eleitoral do PBF neste grupo deveria ser menor. Isso porque, para esse grupo de eleitores, o aumento da renda viabilizado pelo PBF conflita com a avaliação de que o PT encampa uma agenda de políticas progressistas que vão contra os valores morais preconizados pelos integrantes desse grupo.

Nesta seção, avalio se os beneficiários do PBF que são filiados a igrejas pentecostais tendem a votar no PT nas eleições presidenciais. Para tanto, introduzo a variável Pentecostalismo como um fator interveniente e assumo que a interação entre a condição de beneficiário do PBF e a filiação religiosa dos eleitores produz efeitos heterogêneos sobre a votação do PT nas eleições presidenciais. Utilizo a seguinte equação geral para estimar modelos de regressão logística:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \beta_2 Z_i + \beta_3 XZ_i + W_i + e_i$$

Onde o subscrito *i* denota a unidade de análise, neste caso, o indivíduo; $\beta_1 X_i$ é uma variável binária que indica se o indivíduo é beneficiário do PBF; $\beta_2 Z_i$ denota uma variável interveniente denominada "Pentecostal"; $\beta_3 XZ_i$ é um termo de interação multiplicativo entre PBF e Pentecostal; W_i é um vetor de covariáveis que corresponde às características de nível individual incluídas nos modelos estatísticos estimados; enquanto e_i expressa o termo de erro que representa características de nível individual não observadas.

A Figura 5 apresenta os resultados. Neste caso, o termo de interação Pentecostal × Bolsa Família é a principal variável de interesse. Como em qualquer modelo interativo, as outras variáveis do modelo servem como controles e não possuem interpretação direta (Brambor e Golder 2006). Os resultados informam que os beneficiários do PBF filiados às igrejas pentecostais são menos propensos a votar no PT. Nas eleições de 2006 e 2010, os coeficientes são negativos e estatisticamente significantes nos níveis convencionais. Isso significa que os eleitores de baixa renda que frequentam as igrejas pentecostais naqueles anos puniram o partido nas urnas mesmo sendo beneficiários da política de transferência de renda. Os coeficientes para as eleições de 2014 e 2018 são positivos e não estatisticamente significantes, sugerindo que ser contemplado pelo PBF não foi suficiente para convencer os eleitores de baixa renda evangélicos pentecostais a votar no PT nas eleições presidenciais.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

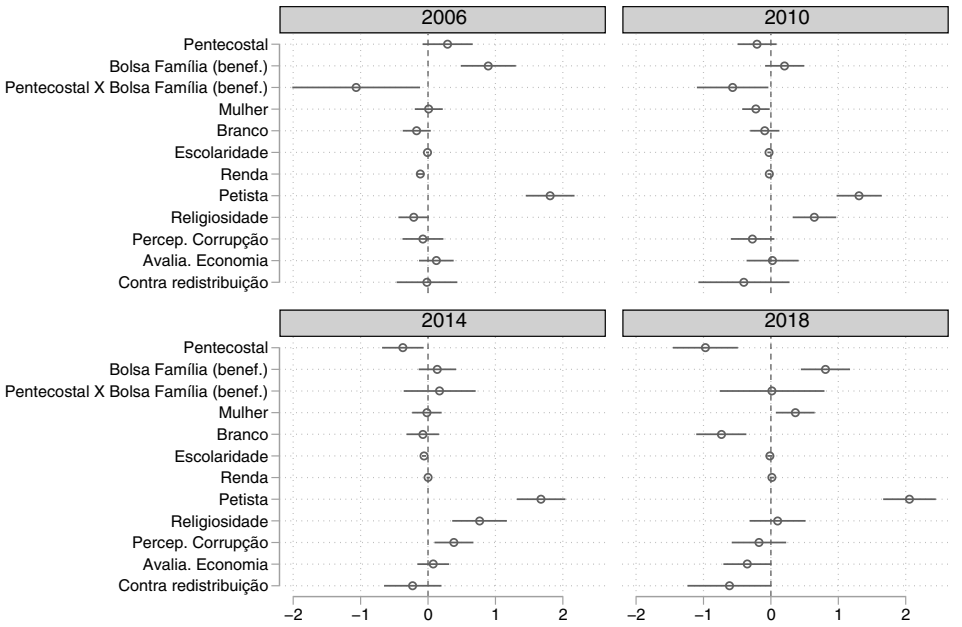

Figura 5. Relação entre pentecostalismo e retorno eleitoral do Bolsa Família nas eleições presidenciais (2006–2018). Elaborado a partir dos dados do LAPOP de 2006 (eleição de 2006), 2014 (eleição de 2010), 2017 (eleição de 2014) e 2019 (eleição de 2018). A unidade de análise é o indivíduo. Os modelos de regressão logísticos foram ajustados com erros padrões robustos. A variável dependente assume valor 1 caso o respondente tenha votado no candidato do PT no primeiro turno das eleições presidenciais, e 0, caso contrário.

Esses resultados indicam que a lógica econômica do voto não prevalece em todos os segmentos eleitorais. Outras dimensões não relacionadas com o bem-estar gerado por incrementos de renda parecem importar para o cálculo eleitoral dos evangélicos pentecostais. Isso não significa que esse segmento do eleitorado não responda a incentivos de renda, mas que outras valências podem ser preponderantes no processo decisório do voto.

Discussão

Os dados apresentados neste trabalho fornecem elementos que ampliam nosso entendimento sobre o antipetismo. As teorias existentes não permitem explicar a origem do fenômeno porque se baseiam nos efeitos da corrupção ou na percepção de piora das condições materiais de vida. Ocorre que os dois fatores são, por definição, consequências da chegada do PT ao poder, portanto não podem explicar sozinhos a forte rejeição ao partido observada nas eleições presidenciais.

A rejeição ao PT parece também ser influenciada por características individuais menos suscetíveis a flutuações no tempo. A percepção de desempenho na economia pode mudar no curto prazo, a depender das políticas econômicas adotadas, mas as preferências morais dos indivíduos são mais estáveis. E por isso, informam as posições políticas no curto e no longo prazo. Essa chave interpretativa permite explicar o crescimento do antipetismo em anos recentes. Nas eleições de 2018, os eleitores evangélicos pentecostais representavam cerca de 30 por cento do eleitorado brasileiro, um aumento expressivo em relação às eleições presidenciais disputadas em 1989 (Araújo 2019). Não por acaso, os dados indicam aumento da rejeição ao PT em anos recentes.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

Por que não observamos crescer entre os evangélicos pentecostais a antipatia pelo PSDB, partido que também teve vários de seus quadros atingidos por escândalos de corrupção nos últimos anos? Uma explicação plausível é que a corrupção não é uma condição suficiente para o antipartidarismo. É admissível que escândalos, como o Mensalão e a operação Lava Jato[14], tenham aumentado a rejeição ao PT, mas parece pouco provável que estes acontecimentos sejam a única causa do antipetismo.

Embora a fatia da riqueza nacional apropriada pelos mais ricos tenha permanecido praticamente inalterada (Medeiros, de Souza e de Castro 2015), as classes médias experimentaram perda relativa de renda durante os governos do PT (Arretche 2018; Arretche, Marques e de Faria 2019). No entanto, as evidências apresentadas neste trabalho sugerem que os indivíduos contrariados pelas políticas de redistribuição de renda não deixaram de votar no PT nem se tornaram necessariamente antipetistas.

O argumento explicitado neste trabalho, obviamente, não restringe o antipetismo ao grupo dos evangélicos pentecostais. Evidências qualitativas dão conta de que esse sentimento de oposição irrestrita ao PT possui lastro também em outros segmentos da sociedade brasileira (e.g., Pinheiro-Machado e Freixo 2019) e se correlaciona com outras formas de conservadorismo (Basso 2019). Mas é preciso reconhecer que o modo como o antipetismo é comumente retratado pela literatura, como sendo um fenômeno restrito às elites brancas com alto nível de instrução, simplifica um fenômeno que é complexo em sua essência. A maioria dos frequentadores das igrejas evangélicas pentecostais brasileiras reside na periferia dos grandes centros brasileiros, ocupa o mercado de trabalho informal e recebe até dois salários-mínimos (Almeida e Barbosa 2015). Portanto, o antipetista típico é menos branco, rico e escolarizado do que sugerido por trabalhos anteriores.

Conclusão

As evidências discutidas neste trabalho revelam que a rejeição ao PT é um comportamento dominante entre os evangélicos pentecostais. A maior rejeição ao PT entre evangélicos não é uma novidade na literatura. Bohn (2004) já apontava para a forte resistência sofrida pelo então candidato Lula entre evangélicos em 2002. Oro e Mariano (2010) e Peixoto e Rennó (2011) documentaram padrão semelhante nas eleições de 2010, quando Dilma Rousseff teria sido rejeitada pela maioria dos evangélicos por ter declarado apoio ao Projeto de Lei 122 que instituía a criminalização da homofobia.

No entanto, o voto dos evangélicos parece explicar boa parte da rejeição aos candidatos do PT identificada em trabalhos anteriores. Como defendem Almeida (2017) e Spyer (2020), a categoria "evangélicos" esconde heterogeneidades importantes que precisam ser levadas em consideração pelos especialistas do caso brasileiro.

Alguns estudos mostram que parte da rejeição que o Partido Democrata enfrenta nas eleições presidenciais norte-americanas é decorrente do conservadorismo moral mais saliente em alguns estratos da população estadunidense, sobretudo os frequentadores das igrejas evangélicas (Skitka e Bauman 2008; Morgan, Skitka e Wisneski 2010). Evidências recentes sugerem, inclusive, que a clivagem religiosa/moral seria mais importante para explicar o voto nas eleições presidenciais estadunidenses do que a ideologia político-partidária dos eleitores (Garrett e Bankert 2018). Na mesma direção, as evidências apresentadas neste trabalho sugerem que o antipartidarismo no Brasil não é explicado apenas por fatores conjunturais, como percepção de corrupção e má gestão da economia do país. O antipetismo parece ser um fenômeno mais complexo do que anteriormente enunciado pela

[14] Para mais informações sobre a Operação Lava Jato, ver o site http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato. Para uma análise crítica sobre a operação e seus desdobramentos políticos, ver Rodrigues (2020).

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

literatura e guarda relação com o modo como as preferências morais se refletem na decisão sobre o voto.

De todo modo, ainda é uma questão em aberto se a rejeição dos pentecostais ao PT se revela nas eleições para outros cargos eletivos. Pesquisas futuras poderão contribuir nessa direção. Também não está claro quais estratégias poderiam ser adotadas para mitigar os efeitos da rejeição observada entre os adeptos do pentecostalismo. Evidências anedóticas sugerem que o partido foi capaz de costurar acordos políticos que lhe renderam apoio de uma parte das lideranças pentecostais no segundo turno nas eleições presidenciais de 2002 e 2006. Movimento semelhante teria ocorrido em 2010 e 2014, quando a principal liderança da IURD, Edir Macedo, declarou apoio aos candidatos petistas. Tal apoio, no entanto, não foi observado em outras denominações com expressão dentro do movimento evangélico pentecostal brasileiro. E no atual cenário de intensa polarização em que a variável religião vem ganhando mais centralidade no debate político e exercendo maior influência na escolha dos eleitores (Layton et al. 2021), parece ainda menos provável que o PT seja capaz de estabelecer pontes com esse segmento do eleitorado.

Puxados pelo crescimento exponencial dos pentecostais nas últimas três décadas (Pierucci 2004; Freston 2010), os evangélicos serão o grupo religioso majoritário no Brasil antes de 2040 (Alves et al. 2017). Para o PT, isso pode significar tentar se distanciar de pautas mais progressistas que possam minar o apoio eleitoral do partido entre os pentecostais. Mas existe o risco de perder apoio entre os eleitores de renda média com maior escolaridade, bem como de parte da militância organizada e representantes de grupos minoritários afetados por uma agenda política moralizante. Uma opção seria acirrar a polarização nas eleições, explorando a identidade religiosa do eleitorado. Por exemplo, o partido poderia mobilizar parte do eleitorado religioso em seu favor por meio de um discurso identitário religioso. Mas o sucesso dessa estratégia depende da trajetória de crescimento dos grupos religiosos que rivalizam nas eleições. Mobilizar o eleitorado católico contra o evangélico pentecostal pode significar prejuízo eleitoral no longo prazo, dado que o primeiro grupo vem observando uma intensa migração de seus antigos adeptos para o pentecostalismo e para o grupo dos sem religião.

Supplementary material. To view Anexos A and B, please visit https://doi.org/10.1017/lar.2022.29

Agradecimentos. Agradeço a Acir Almeida, Marta Arretche, Fernando Limongi, Malu Gatto, Patrícia Martuscelli, Cristina Nabuco, Jairo Nicolau, Bruno Reis e Cesar Zucco Jr. pelos comentários ao longo do processo de escrita deste trabalho, bem como aos três pareceristas anônimos da LARR pelas críticas e sugestões que permitiram aprimorar a análise empírica e a clareza das ideias apresentadas neste artigo. Todos os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

Victor Araújo é doutor em ciência política e pesquisador de pós-doutorado na Universidade de Zurique, Suíça, onde se dedica ao estudo do comportamento político dos eleitores de baixa renda no Brasil e na América Latina. Sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo em 2019, foi premiada como melhor trabalho na área de Ciência Política e Relações Internacionais (CAPES 2020) e recebeu menção honrosa no prêmio de teses da ANPOCS (2020). Suas pesquisas já foram publicadas em diversos periódicos internacionais de relevância como *Comparative Political Studies, British Journal of Political Science, Research & Politics* e *Brazilian Political Science Review*.

Referências

Almeida, Ronaldo de. 2017. "A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo". *Cadernos Pagu* 50: e175001. https://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809–4449-cpa-1809444920170050001.pdf.

Almeida, Ronaldo, e Rogério Barbosa. 2015. "Transição religiosa no Brasil". Em *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*, editado por Marta Arretche, 335–365. São Paulo: Editora Unesp.

Alves, José Eustáquio, et al. 2017. "Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil". *Tempo Social* 29 (2): 215–242.

Amaral, Oswaldo. 2011. "Ainda conectado: O PT e seus vínculos com a sociedade". *Opinião Pública* 17 (1): 1–44.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

Araújo, Victor. 2019. "A religião distrais os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
Arretche, Marta. 2018. "Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos outsiders". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 33 (96): e339613.
Arretche, Marta, Eduardo Cesar Leão Marques e Carlos Aurelio Pimenta de Faria, orgs. 2019. *As políticas da política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora UNESP.
Baker, Andy, Anand E. Sokhey, Barry Ames e Lucio R. Renno. 2016. "The Dynamics of Partisan Identification When Party Brands Change: The Case of the Workers Party in Brazil". *Journal of Politics* 78 (1): 197–213.
Baptista, Saulo. 2009. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: Um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo, Brasil: Instituto Metodista Izabela Hendrix.
Basso, Marina. 2019. *O novo conservadorismo brasileiro: De Reagan a Bolsonaro*. São Paulo: Zouk Editora.
Bezerra, Carla P. 2019. "Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980–2016)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 34 (100): 1–27.
Bohn, Simone R. 2004. "Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral". *Opinião Pública* 10 (2): 288–338.
Bohn, Simone R. 2007. "Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002–2006)". *Opinião Pública* 13 (2): 366–387.
Borges, André, e Robert Vidigal. 2018. "Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras". *Opinião Pública* 24 (1): 53–89.
Brambor, Thomas, William R. Clark e Matt Golder. 2006. "Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analyses". *Political Analysis* 14 (1): 63–82.
Burity, Joanildo A. 2016. "Minoritization and Pluralization: What Is the 'People' That Pentecostal Politicization Is Building?" *Latin American Perspectives* 43 (3): 116–132.
Burity, Joanildo A., e Maria das Dores Campos Machado. 2005. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
Campbell, Angus, et al. 1980. *The American Voter*. Chicago: University of Chicago Press.
Canêdo-Pinheiro, Maurício. 2015. "Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006". *Economia Aplicada* 19 (1): 31–61.
Couto, Cláudio Gonçalves. 2014. "2014-Novas eleições críticas?" *Em Debate* 6 (6): 17–24.
Davis, Stuart, e Joe Straubhaar. 2020. "Producing Antipetismo: Media Activism and the Rise of the Radical, Nationalist Right in Contemporary Brazil". *International Communication Gazette* 82 (1): 82–100.
De Brauw, Alan, Daniel O. Gilligan, John Hoddinott e Shalini Roy. 2015. "Bolsa Família and Household Labor Supply". *Economic Development and Cultural Change* 63 (3): 423–457.
Ferreira, Matheus G. M., e Mário Fuks. 2021. "O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: O voto evangélico em Bolsonaro em 2018". *Revista Brasileira de Ciência Política* (34): 1–27.
Freston, Paul. 1993. "Brother Votes for Brother: The New Politics of Protestantism in Brazil". Em *Rethinking Protestantism in Latin America*, editado por Virginia Garrard-Burnett e David Stoll, 66–110. Philadelphia: Temple University Press.
Freston, Paul. 2010. "As duas transições futuras: Católicos, protestantes e sociedade na América Latina". *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião* 12 (12): 13–30.
Garrett, Kristin N., e Alexa Bankert. 2018. "The Moral Roots of Partisan Division: How Moral Conviction Heightens Affective Polarization". *British Journal of Political Science* 50 (2): 1–20.
Green, Donald P., Bradley Palmquist e Eric Schickler. 2004. *Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters*. New Haven, CT: Yale University Press.
Hagopian, Frances, e Scott P. Mainwaring, eds. 2005. *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. New York: Cambridge University Press.
Huddy, Leonie, David O. Sears e Jack S. Levy, eds. 2013. *The Oxford Handbook Of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press.
Hunter, Wendy, e Timothy J. Power. 2007. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics and Society* 49 (1): 1–30.
Lacerda, Fábio. 2018. "Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil". *Journal of Politics in Latin America* 10 (2): 3–40.
Lacerda, F., e J. M. Brasiliense. 2018. "Brasil: La incursión de los pentecostales en el poder legislativo brasileño". Em *Evangélicos y poder en América Latina*, editado por José Luis Pérez Guadalupe y Sebastián Grundberger, 141–180. Berlim: Konrad Adenauer Stiftung.
Layton, Matthew L., Amy Erica Smith, Mason W. Moseley e Mollie J. Cohen. 2021. "Demographic Polarization and the Rise of the Far Right: Brazil's 2018 Presidential Election". *Research and Politics* 8 (1): 1–7. https://doi.org/10.1177/2053168021990204.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

Licio, Elaine Cristina, Lucio R. Rennó e Henrique Carlos de O. de Castro. 2009. "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: Em busca do elo perdido". *Opinião Pública* 15 (1): 31–54.
Limongi, Fernando, e Fernando Guarnieri. 2015. "Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil". *Opinião Pública* 21 (1): 60–86.
Lupu, Noam, e Rachel Beatty Riedl. 2013. "Political Parties and Uncertainty in Developing Democracies". *Comparative Political Studies* 46 (11): 1339–1365.
Lustig, Nora C., ed. 2010. *Coping with Austerity: Poverty and Inequality in Latin America*. New York: Brookings Institution Press.
Machado, Maria das Dores Campos. 2006. *Política e religião: A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
Machado, Maria das Dores C., e Joanildo Burity. 2014. "A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos". *Dados* 57 (3): 601–631.
Mariano, Ricardo. 2011. "Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública". *Civitas-Revista de Ciências Sociais* 11 (2): 238–258.
Mariano, Ricardo, e Antônio Flávio Pierucci. 1992. "O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor". *Novos Estudos Cebrap* 34: 92–106.
Medeiros, Marcelo, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza e Fabio Ávila de Castro. 2015. "A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: Estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares". *Ciência & Saúde Coletiva*, 20: 971–986.
Melo, C. Ranulfo, e Rafael Câmara. 2012. "Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Dados* 55 (1): 71–117.
Morgan, G. Scott, Linda J. Skitka e Daniel C. Wisneski. 2010. "Moral and Religious Convictions and Intentions to Vote in the 2008 Presidential Election". *Analyses of Social Issues and Public Policy* 10 (1): 307–320.
Netto, Gabriela Figueiredo, e Bruno Wilhelm Speck. 2017. "O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?" *Opinião Pública* 23 (3): 809–836.
Oro, Ari Pedro, e Ricardo Mariano. 2010. "Eleições 2010: Religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil". *Debates do NER* 11 (18): 11–38.
Pacheco, Ronilso. 2020. "Quem são os evangélicos calvinistas que avançam silenciosamente no governo Bolsonaro?" *Intercept Brasil*, 4 de fevereiro de 2020.
Paiva, Denise, Silvana Krause e Adriana Paz Lameirão. 2016. "O eleitor antipetista: Partidarismo e avaliação retrospectiva". *Opinião Pública* 22 (3): 638–674.
Peixoto, Vitor, e Lucio Rennó. 2011. "Mobilidade social ascendente e voto: As eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública* 17 (2): 304–332.
Pierucci, Antônio Flávio. 2011. "Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos CEBRAP* 89 (1): 6–15.
Pierucci, Antônio Flávio. 2004. "'Bye bye, Brasil': O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000". *Estudos Avançados* 18 (52): 17–28.
Pierucci, Antônio Flávio, e Reginaldo Prandi. 1995. "Religiões e voto: A eleição presidencial de 1994". *Opinião Pública* 3 (1): 32–63.
Pinheiro-Machado, Rosana, e Adriano de Freixo. 2019. *Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
Rasella, Davide, Rosana Aquino, Carlos A. Santos, Rômulo Paes-Sousa e Maurício L. Barreto. 2013. "Effect of a Conditional Cash Transfer Programme on Childhood Mortality: A Nationwide Analysis of Brazilian Municipalities". *Lancet* 382 (9886): 57–64.
Ribeiro, Ednaldo, Yan Carreirão e Julian Borba. 2016. "Sentimentos partidários e antipetismo: Condicionantes e covariantes". *Opinião Pública* 22 (3): 603–637.
Rodrigues, Fabiana A. 2020. *Lava Jato: Aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
Samuels, David J., e Cesar Zucco. 2018. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
Skitka, Linda J., e Christopher W. Bauman. 2008. "Moral Conviction and Political Engagement". *Political Psychology* 29 (1): 29–54.
Skitka, L. J., B. E. Hanson, A. N. Washburn e A. B. Mueller. 2018. "Moral and Religious Convictions: Are They the Same or Different Things?". *PLOS One* 13 (6): e0199311.
Smith, Amy Erica. 2019. *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. Cambridge: Cambridge University Press.
Soares, Fábio V., Rafael P. Ribas e Rafael. G. Osório. 2010. "Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective". *Latin American Research Review* 45 (2): 173–190.

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press

Soares, Gláucio A. D., e Sônia. L. Terron. 2008. "Dois Lulas: A geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública* 14 (2): 269–301.
Souza, Jessé. 2018. *A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Editora Estação Brasil.
Speck, Bruno Wilhelm, e Elizabeth Balbachevsky. 2016. "Identificação partidária e voto: As diferenças entre petistas e peessedebistas". *Opinião Pública* 22 (3): 569–602.
Speck, Bruno Wilhelm, Maria do Socorro Sousa Braga e Valeriano Costa. 2015. "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil". *Revista de Sociologia e Política* 23 (56): 125–148.
Spyer, Juliano. 2020. *O povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Geração Editorial.
Tadvald, Marcelo T. 2015. "A reinvenção do conservadorismo: Os evangélicos e as eleições federais de 2014". *Debates do NER* 1 (27): 259–288.
Telles, Helcimara. 2016. "A direita vai às ruas: O antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno". *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais* 19 (2): 97–125.
Valle, Vinícius S. M. 2019. *Entre a religião e o Lulismo: Um estudo com pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Recriar.
Vaz De Melo, Pedro O. S. 2015. "How Many Political Parties Should Brazil Have? A Data-Driven Method to Assess and Reduce Fragmentation in Multi-Party Political Systems". *PLOS One* 10 (10): 1–24.
Veiga, Luciana. F., Steven Dutt-Ross, e Flávia B. Martins. 2019. "Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento". *Revista de Sociologia e Política* 27 (72): 1–21.
Zucco, Cesar, Jr. 2015. "The Impacts of Conditional Cash Transfers in Four Presidential Elections (2002–2014)". *Brazilian Political Science Review* 9 (1): 135–149.

Cite this article: Araújo, Victor (2022). Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras. *Latin American Research Review* **57**, 517–535. https://doi.org/10.1017/lar.2022.29

https://doi.org/10.1017/lar.2022.29 Published online by Cambridge University Press